

## Atos Oficiais

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires**, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 07/04/2022 às **17:30 horas na Rua João Duarte nº56, Centro– Ribeirão Pires / SP**, serão julgados os recursos interpostos contra penalidade de trânsito imposta pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 19/2022, 20/2022, 21/2022, 22/2022 e 23/2022. Ribeirão Pires, 05 de Abril de 2022. Andressa Cristine Soares dos Santos - **PRESIDENTE DA JARI**.

### PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO SETOR DE COMPRAS:

N.º 043/2022 - Objeto: Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de leitores biométricos. Período para cotação das 11:00 horas do dia 06/04/2022 às 13:30 horas do dia 19/04/2022. Período para lances: 19/04/2022 a partir das 14:30 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Ribeirão Pires, 05 de abril de 2022. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

## ATA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL DE RIBEIRÃO PIRES DO ANO DE 2022 – CMPDA

Ribeirão Pires, 07 de Março de 2022

Reunião Presencial – Teatro Arquimedes Ribeiro

14:00h

### Participantes

**Poder Público:** Marcus Vinicius Matheus Esperidião, Marcela Santos Alves de Souza; Cristina E. Golçalve,; Paulo Sergio F. dos Santos, Diana Szot de Lima

**Sociedade Civil:** Lia Cristina Ferrari Silva, Meyrivalda Moreno AbenAthar, Maria de Lourdes Albuquerque Tondato, Julia Carvalho Pimentel Nobre, Vivian Miranda Mota, Keilla Maria dos Reis Santos, Edimilce Aparecida Corrêa Leme, Cristiane Costa Tasso

Convidados: Miguel Luis Filho, Odimauro Mendes Caspiro e Maria Helena Cavallari.

**Ausência Justificada:** Cristiano Soares da Silva, Anna Carolina, Hayly Ramos Siqueira,

Marcus inicia a reunião às 14 horas e 20 minutos de forma presencial no teatro municipal localizado no parque pérola da serra agradecendo pela presença de todos. Comentou sobre reunião na Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano e apresentou a todos presentes o DrOdimauro, representante da OAB - Ribeirão Pires, que se propôs a auxiliar o Conselho em questões jurídicas sobre proteção dos animais. Tivemos como uma das pautas da reunião dúvidas sobre a criação e regulamentação de leis e novas propostas para o município. Foi apresentada leis criadas no município relativas à causa animal desde o ano de 1991 até os dias de hoje, ressaltando e mostrando as evoluções nestas leis e abrindo assim para questionamentos e propostas de melhorias para as mesmas. Foi lembrado que as leis que amparam os animais e questões relativas a maus tratos já existem, não sendo necessário criação de outras leis, porém o que deve ser feito para que estas sejam cumpridas é a fiscalização mais eficiente. Foi debatido sobre a redundância de algumas leis e a importância de colocar as que estão em vigor em prática. Falou sobre papel importante do CCZ no controle de animais sinantrópicos, como morcegos, escorpiões e serpentes; foi debatido entre os membros sobre leis que punem e autuam pessoas sobre maus tratos, onde a legislação municipal proíbe de adquirir outros animais e responsabilizando o infrator pelos gastos veterinário e, penaliza com a multa de \$2000 (dois mil reais), sendo que reincidentes dobra para \$4000 (quatro mil reais), ainda foi deliberado sobre o projeto de lei que agrega à grade curricular o ensino fundamental municipal sobre proteção do meio ambiente e bem estar dos animais; Marcus Comentou sobre a reforma administrativa da atual gestão, onde foi criado o Departamento de Proteção da Fauna Silvestre e Bem-Estar Animal, atribuído a Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, expondo as responsabilidades do setor de proteção animal, onde compete a fiscalização, resgate, reabilitação e destinação dos animais silvestres e, sua amplitude de funções e necessidade de pessoal e equipamentos para atender toda a demanda da população, uma vez que o corpo de bombeiros e a defesa civil não atendam mais estas demandas. Foi falado sobre a lei que ampara animais de transporte e possível apresentação de um projeto de lei que proíba o uso de carroças em cavalos, explanou sobre um projeto em vigência que prevê a redução gradativa de seu uso e o papel da prefeitura para dar suporte e educação para tornar possível outros meios, como cursos profissionalizantes para esses carroceiros para que seja

possível a proibição sem prejudicar àqueles que usam do animal como meio de sustento. Meiry sugere sobre projeto do “cavalo de lata” já vigente em outros municípios, porém Marcus deixa claro que qualquer projeto que gera custos à prefeitura deve ser encaminhado através do poder executivo para que não haja vício de iniciativa. Marcus recordou que no município algumas carroças elétricas já foram implantadas com catadores anteriormente e hoje esses equipamentos estão abandonados na Cooperativa que tem convênio com a prefeitura. Keilla lembra da necessidade de informar a população pois a educação pode reduzir a geração de problemas com maus tratos e abandono, também para aqueles que fazem a lei ser aplicada, pois a desinformação muitas vezes justifica o ato, lembrando que apenas a punição sem informação pode levar a repetição do ato ou inibição à agir corretamente. Marcus fala sobre a criação do “Disk Denúncia” do DEPA (departamento do estado) que acolhe denúncias também de clínicas e petshops. Foi salientada a importância da criação de totens e cartazes nos comércios relacionados a serviços para animais para encorajar tanto munícipes como profissionais a entrarem em contato e denunciar efetivamente casos de maus tratos. Dada a palavra ao drOdimauro que orientou o grupo a como prestar denúncias. Comentou que há leis federais quanto estaduais que amparam animais silvestres e pequenos animais de companhia, como cães e gatos, mas poucas amparam grandes animais como equinos e bovinos. Ao denunciar a fiscalização deve ser cumprida pois senão poderá ser alegada omissão de socorro pelo receptor ou prevaricação. Foi comentada sobre as denúncias que são feitas contra os protetores na maioria das vezes e também muitas que erroneamente são enquadradas como maus tratos. Miguel comentou que das denúncias feitas em janeiro e fevereiro foram notificados de 57 denúncias porém apenas 4 destas efetivamente eram maus tratos. Lia comentou sobre a linha tênue entre negligência e maus tratos e questionou sobre como o veterinário deve agir uma vez que muitos dos pacientes que chegam nas clínicas foram negligenciados por longos períodos tornando doenças em casos crônicos intratáveis, porém no momento o tutor está ali na clínica oferecendo atendimento mesmo que tardiamente. Foi ressaltado os benefícios visíveis do departamento de fiscalização do Departamento de Proteção a Fauna e que houve realmente a redução de casos de maus tratos no município com aplicação de notificações, orientações e autuações. Odimauro comentou que a lei garante que em casos de prestação de socorro e evidência de morte do animal, pode-se entrar em propriedade privada pois a constituição não especifica necessidade de mandados judiciais nestes casos, porém deve-se ter como comprovar ato para que não haja como ser processado por invasão e deve-se denunciar para ter maior respaldo e solicitar presença dos agentes e ainda acionar o ministério público. Edy questionou sobre o agressor do caso Estopinha que hoje está em liberdade e tem realizado novos atos contra animais. Foi lembrado que este apresenta laudo psiquiátrico e que o ideal seria obrigá-lo a internação compulsória ou presídio psiquiátrico para envitar a impunidade. Foi ressaltado o papel da Lei Sansão (Federal) que pode dar cinco anos de prisão em casos mais graves de maus-tratos a animais. Odimauro ressaltou que a partir de 2019 apenas que os animais foram considerados seres sencientes e não mais “propriedade”. Miguel toma a palavra e comenta sobre a lei implantada que dá respaldo para as autuações realizadas no município. Ele comenta que atualmente há poucas especificações sobre a lei de maus tratos sendo que não há diferença na multa para aquele que comete crimes contra 1 indivíduo ou para 100 indivíduos. Essas melhorias na lei permitirão aplicar infrações mais justas a cada caso responsabilizando realmente os infratores por seus atos. Miguel expôs números das ações realizadas desde a inauguração do departamento desde julho/2021: atendimento de 990 animais no ano passado e 197 em janeiro e 202 em fevereiro. Lembrou que houveram 2 flagrantes e demais casos foram 6 indiciamentos, e 57 orientações e notificações, sendo necessário fiscalização recorrente destes casos lembrando a importância da orientação na maioria dos casos. Foi lembrado pela Edy a importância de documentar casos de adoção com fotos e salvar emails e mensagens para amparar este animal caso seja abandonado futuramente. O Dr Paulo foi louvado pelo seu papel dentro do CCZ prestando atendimento clínico e cirúrgico emergencial, que atualmente tem colocado em prática em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, principalmente nas campanhas de castração. Miguel resalta que estão abertas as inscrições para a campanha de castração e que o castramóvel está em processo de licitação para liberação havendo já mais de 900 inscritos. Uda comentou da importância do departamento expor os casos em que o agressor realmente foi autuado sendo usado como exemplo para demais agressores desencorajando os atos devido a punição efetiva. Marcus comentou sobre o aumento da demanda pela equipe do Departamento de Proteção Animal e que os mesmo tem buscado consórcios para compra de equipamentos e construção de estruturas para atender toda a demanda, não só do município como da região que envolve cidades vizinhas. Foi salientada a necessidade da criação de um censo para levantar dados sobre os animais castrados e vacinados. Marcus comentou sobre a representação efetiva dos conselheiros municipais e presença nas reuniões justificando troca do membro com 3 faltas consecutivas e 5 faltas justificadas. Marcela questionou sobre casos de atropelamento e foi exposto que o infrator deve ser responsabilizado pelos custos de atendimento do animal e deve-se recolher dados como placa do carro para que seja efetivo. Marcus comentou sobre atropelamento de

animais silvestres e importância da criação de um corredor ecológico na Rodovia Índio Tibiriçá. A deliberação sobre a criação do Fundo de Proteção Animal torna-se desnecessário, visto que a Secretaria de Meio Ambiente já tem um Fundo Financeiro importante e, que com justificativa pode ser utilizado pelo Departamento de Proteção Animal, desde que aprovado pelos membros do Conselho de Meio Ambiente, sendo ainda de extrema importância a participação de um dos membros do conselho para o CONDEMA. Odimar já sendo membro do CONDEMA se prontificou em levar as demandas de interesse do CMPDA. Marcus agradece a participação de todos e encerra a reunião às 15:24h.